



unesp

educa
diversidade



Guia para práticas anticapacitistas na Universidade

2º Edição

Descrição da imagem: sobre o fundo preto da página, há a ilustração de cinco pessoas. Ao redor de todas as pessoas e objetos, há traços brancos que fazem seus contornos. Na parte superior da imagem, à esquerda, há o busto de uma pessoa negra com o cabelo rosa. Ela está sorrindo e usa óculos em formato quadrado e azul claro. Ao centro, há um computador com uma mulher branca com cabelo azul claro na tela. Ela veste uma camisa laranja e se comunica em língua de sinais. Do lado direito da tela do computador, há o símbolo de Libras. À direita da imagem, há o busto de uma pessoa negra. Ela tem cabelo curto rosa e faz uso de um aparelho auditivo. Na parte inferior da imagem, à esquerda, há uma mulher sentada em uma cadeira de rodas rosa. Ela está de costas, tem cabelo rosa, liso e um pouco abaixo da altura dos ombros, veste uma blusa branca de tiras e carrega uma mochila laranja pendurada na cadeira. À direita da imagem, há um homem negro sentado em degraus brancos. Ele tem cabelo black power rosa, usa óculos com armação rosa e azul, e veste uma camisa, uma calça e um tênis brancos. Fim da descrição.

A Universidade Estadual Paulista, em sua história recente, tem realizado ações voltadas ao debate e à promoção de políticas afirmativas e ao combate à discriminação e às violências na comunidade acadêmica, com base nos princípios de direitos humanos.

Em 2018, por intermédio da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC), da Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura (PROEC) e da Reitoria, e com apoio da Ouvidoria, a UNESP firmou convênio com o Santander, com o objetivo de desenvolver e disseminar ações, debates e conteúdos com vistas à transformação do am-

biente universitário em um espaço seguro e inclusivo para todos os membros do seu corpo social.

No âmbito do Projeto Educando para a Diversidade, fruto dessa colaboração, foram elaborados e divulgados guias informativos sobre práticas anticapacitistas, prevenção ao assédio, racismos, branquitude e Transtorno do Espectro Autista.

Assumindo o desafio de reconhecer as diversidades e os direitos humanos como pautas e linhas de ação institucional, em março de 2021 a vice-reitoria da universidade constituiu a Assessoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade,

posteriormente institucionalizada como coordenadoria pela Resolução UNESP nº 7, de 26/01/22.

São competências da Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI) elaborar, planejar, mapear, identificar, diagnosticar, acompanhar e avaliar políticas, culturas e práticas cujos objetivos sejam efetivar políticas e ações afirmativas para a promoção de direitos humanos, equidade de gêneros, inclusão e respeito às diversidades, enfrentar e prevenir todas as formas de violência na UNESP.

Pautadas na transversalidade e na colaboração, essas ações têm sido efetivadas em conjunto com

as pró-reitorias e ouvidoria da UNESP e com as coordenadorias e comissões institucionais com atuação nas áreas de incidência da CAADI. Desse diálogo nascem ações normativas, levantamentos e análises de informações institucionais e acadêmicas, suporte financeiro e pedagógico e iniciativas informativas e educativas.

Este guia é fruto das interlocuções promovidas nesse contexto institucional, e visa contribuir para a construção de práticas inclusivas e de garantia aos direitos das pessoas em suas diversidades, na Universidade.

Sumário

Apresentação	04
Mas, afinal, o que você compreende por deficiência?	05
Conceituando a Deficiência: base legal	06
Barreiras para a inclusão das pessoas com deficiência	07
O que é Capacitismo?	09
Como o capacitismo funciona?	10
Em que o capacitismo se sustenta?	11
E o que são práticas anticapacitistas?	11
E no ambiente escolar/acadêmico, como isso se aplica?	14
Exemplos de capacitismo na Universidade	18
Exemplos de práticas anticapacitistas	19
Concluindo	20
Referências	22
Autoras	23

Apresentação

Você já percebeu que em nossa sociedade existem diferentes termos para designar os tipos de preconceito e de discriminação que algumas pessoas vivenciam no seu dia a dia?

Para nomear o tipo de discriminação que mulheres sofrem, tem sido utilizado o termo sexismo. Em relação à discriminação experienciada por pessoas não brancas, tem-se o termo racismo. No que se refere à discriminação de pessoas LGBTQIA+, destaca-se a utilização do termo LGBTQIA+fobia.

E você, leitor, já se perguntou qual é o termo utilizado para nomear o preconceito e a discriminação por motivo de deficiência?

Os ativistas com deficiência, no intuito de visibilizar a opressão vivenciada em decorrência de seus corpos não reproduzirem os ideais de capacidade e de aparência, elegeram o termo capacitismo.

Em algum momento você já compartilhou espaços ou momentos com pessoas com deficiência? Faz parte de seu cotidiano no ambiente de trabalho, nas atividades de lazer, na família ou nos espaços de aprendizagem a convivência com pessoas com deficiência?

Mas, afinal, o que você compreende por deficiência?

Há diferentes entendimentos sobre o que significa deficiência. Alguns entendem que esses corpos precisam ser corrigidos, buscando-se a cura/normalidade. Entretanto, outras formas de se compreender a deficiência têm surgido a partir da década de 70 do século passado. Essas teorias situam a deficiência como uma das características que constituem as pessoas, que, na relação com as demais características, como gênero, sexualidade, raça, geração e classe social, tornam o sujeito singular. Nessa última concepção, as desvantagens que as pessoas experimentam têm relação direta com os contextos em que vivem.

Afirmar a relação entre as desvantagens e os contextos significa que aquilo que tradicionalmente pensamos ser causado pelos impedimentos corporais (por exemplo: baixo rendimento na escola, dificuldades para trabalhar, ter poucas amizades) ocorre porque a nossa sociedade valoriza apenas quem consegue apresentar um rendimento ideal de forma independente. Ou seja: tem dificuldade em lidar com as diferenças e impõe uma série de barreiras – sobre as quais falaremos adiante – a quem não desempenha este padrão.

Precisamos compreender que a deficiência faz parte da condição humana e que pode tocar a todas as pessoas em qualquer momento da vida, inclusive afetará aquelas que terão o privilégio de envelhecer.

Conceituando a Deficiência: base legal

Segundo o artigo 1º da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) (Decreto Nº 6.949 de 25 de agosto de 2009) “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”.

Você sabia?

A CDPD, ratificada por 182 países ao redor do mundo e incorporada à constituição brasileira, foi construída com a participação de entidades de pessoas com deficiência provenientes de todos os continentes do mundo, e incorporou um campo de estudos chamado “Estudos da Deficiência”. Este campo teve como precursores ativistas da deficiência que questionavam as compreensões estigmatizantes da deficiência - que a conceituavam como um problema médico que demandava apenas ações de caridade - e a situavam no campo dos direitos humanos.

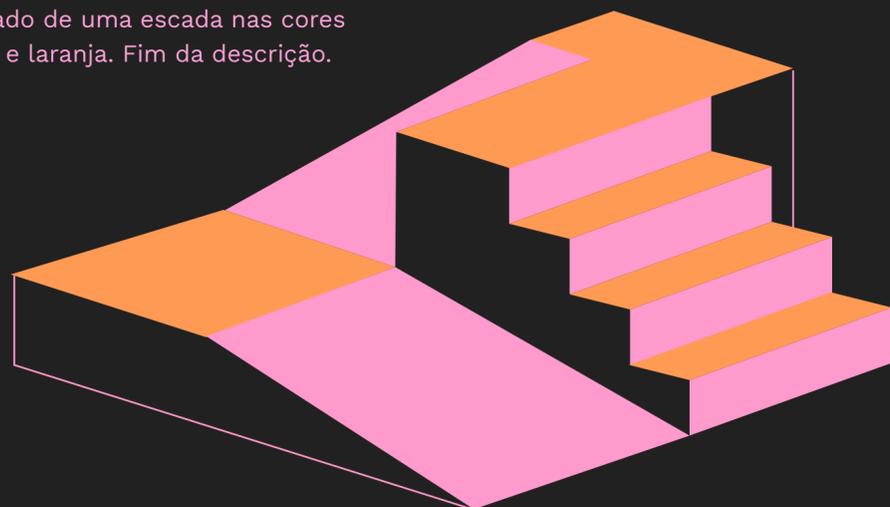
CDPD:

Convenção
Internacional
dos Direitos
das Pessoas
com Deficiência

Afinal, quais são as barreiras que as pessoas com deficiência enfrentam no seu dia a dia?

Para ampliarmos a participação de todas as pessoas em nossa sociedade, vamos agir coletivamente na remoção dessas barreiras? Siga conosco para conhecer os tipos de barreiras mais comuns e compreender como você pode contribuir para a promoção do acesso coletivo.

Descrição da imagem: sob o fundo cinza da página há uma ilustração gráfica de uma rampa ao lado de uma escada nas cores rosa e laranja. Fim da descrição.



Barreiras para a inclusão das pessoas com deficiência

Existem diversas barreiras que dificultam a participação das pessoas com deficiência em igualdade de condições com as demais pessoas, as quais podem ser encontradas em diversos espaços sociais.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146 de 06 de julho de 2015), construída com a finalidade de implementar a CDPD, as caracteriza como:

1. Barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

**Lei
13.146:**
Lei Brasileira
de Inclusão da
Pessoa com
Deficiência

2. Barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
3. Barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
4. Barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
5. Barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

6. Barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

A remoção dessas barreiras é fundamental para a garantia da participação social das pessoas com deficiência nos vários contextos sociais, dentre eles a universidade. Mas vale destacar que todas as pessoas se beneficiam com a remoção das barreiras. Calçadas acessíveis, edificações com rampas e elevadores, corredores largos, ambientes virtuais de aprendizagem bem sinalizados, textos acessíveis para leitores de tela* têm o potencial de construir com o acesso de pessoas com e sem deficiência.

E você, já percebeu que muitos espaços são projetados para alguns padrões de corpos e que acabam limitando a participação de outros?

* Este PDF é acessível a leitores de tela

Neste momento, você deve estar se perguntando: Mas se há no Brasil uma legislação voltada à garantia de direitos das pessoas com deficiência, por que é tão difícil de ela ser implementada? Responderemos essa questão nas páginas seguintes, quando abordaremos o que significa o capacitismo e suas implicações.

O que é Capacitismo?

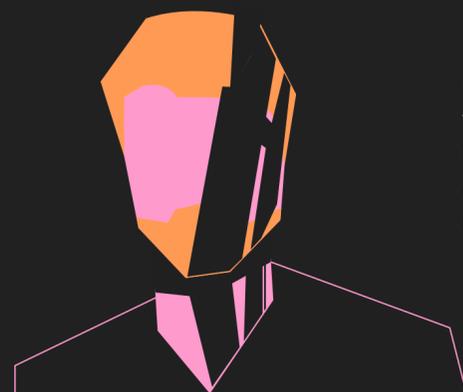
O Capacitismo é “[...] uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade. É uma categoria que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes (incapazes de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cui-

dar, de sentir desejo e ser desejada, de ter relações sexuais etc.), aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais, como o sexismo, o racismo e a homofobia. Essa postura advém de um julgamento moral que associa a capacidade unicamente à funcionalidade de estruturas corporais e se mobiliza para avaliar o que as pessoas com deficiência são capazes de ser e fazer para serem consideradas plenamente humanas” (MELLO, 2016, p. 3272).

Assim, o capacitismo é muito relevante para dar visibilidade à opressão vivenciada por pessoas com deficiência (que são as que mais desviam do ideal corponormativo proveniente da noção de sujeito universal).

Mas o que é este ideal corponormativo? É o pressuposto que afirma que corpos que res-

pondem aos ideais de produção (nas escolas, no trabalho) de forma considerada independente configuram o padrão de normalidade, que deve ser buscado por todas as pessoas. Neste sentido, aquelas pessoas que têm deficiência, ou que precisam de mais apoio, por exemplo, são consideradas inferiores.



Descrição da imagem: sob o fundo cinza da página há uma ilustração gráfica do contorno de um busto nas cores rosa e laranja. Fim da descrição.

Quem é o sujeito universal?

Representado pelo homem, branco, cisgênero, do norte global, independente, que não adoece e que é totalmente capaz – uma ficção.

Como o capacitismo funciona?

O capacitismo está presente na sociedade como um todo e em cada um de nós. Revela-se na exaltação repetida (na mídia, nos diferentes espaços e instituições) de padrões ideais de capacidade, que produzem uma ideia de normalidade e subjagam os corpos de pessoas que diferem de tal modelo (mulheres, pessoas negras, indígenas, idosas, LGBTQIA+ e com deficiência), considerando-os menos capazes. Embora tal repetição atinja cada um/a de nós, individualmente, constituindo modos de pensar, sentir e agir nas relações que estabelecemos com outras pessoas, são as pessoas com deficiência as que mais sofrem os efei-

tos do capacitismo, pela histórica redução da deficiência à incapacidade.

Em que o capacitismo se sustenta?

As capacidades normativas que sustentam o capacitismo são produzidas com base nos discursos biomédicos de compreensão da deficiência. Esses, sustentados pelo binarismo norma/desvio, têm levado a uma busca de todos os corpos a reproduzir o padrão normativo de capacidade, visando se afastar do que é considerado desviante. (Gesser, Block e Mello, 2020). Por conta do capacitismo, a deficiência tem sido situada como negativa, uma condição que deve ser melhorada, curada ou mesmo eliminada.

E o que são práticas anticapacitistas?

São aquelas que combatem o binarismo norma/desvio, são práticas emancipatórias e interseccionais, as quais valorizam a diversidade dos corpos. Ainda, são aquelas que rompem com a hierarquização presente nos modos de conhecer, que consideram os 10 princípios da Justiça Social e a ética do cuidado enquanto um princípio balizador do modo de se relacionar com os sujeitos e contextos.

E você? Já parou para pensar o que é o cuidado? Por que cuidamos?

Uma temática bastante importante no campo dos estudos da deficiência é a Ética do Cuidado. Vamos conhecer um pouco sobre esse assunto?

As primeiras reflexões sobre a ética do cuidado no campo dos Estudos da Deficiência foram realizadas por mulheres: mães e cuidadoras de pessoas com deficiência e as próprias mulheres com algum tipo de deficiência. Essas contribuições teóricas podem ser elencadas em alguns pontos, tais como:

- Transversalidade da deficiência com outros marcadores sociais: essas autoras afirmam que é importante considerar outras categorias sociais na interface com a deficiência, tais como raça, etnia, gênero, sexualidade, geração, classe, etc. Isso significa que a deficiência pode ser uma característica da pessoa, mas que também existem outras a serem consideradas. Uma pessoa com deficiência nunca é só a sua deficiência. Por exemplo, há estudos que evidenciam os impactos entre deficiência e pobreza, o que causaria maior vulnerabilidade

para o pobre com deficiência do que para aquelas pessoas com deficiência cuja situação econômica é melhor.

- Interdependência e dependência: a interdependência é parte das relações humanas. Isso significa dizer que todas as pessoas – independente de terem deficiência ou não – cuidam e são cuidadas em algum momento da vida. Pesquisadoras do campo, a exemplo de Eva Kittay (1999) e Garland-Thomson (2002), trouxeram reflexões sobre a dependência, dizendo que algumas pessoas realmente dependerão umas das outras para sobreviverem e que conferir dignidade a essas vidas é uma questão de justiça social.
- Materialidade do corpo e experiência da dor: por mais que a sociedade se empenhe em eliminar barreiras, ainda haverá um corpo com lesão. Um corpo que pode sentir dor.

Não basta reconhecer a experiência da dor, é preciso revelar a fragilidade e as vulnerabilidades que poderemos experimentar em distintos momentos da vida.

Ao falarem de ética do cuidado, as autoras refletem sobre o modo como as pessoas podem ser cuidadas.

- Mas, o que é ética do cuidado? A ética do cuidado pode ser compreendida como um conjunto de práticas de cuidado que vissem o bem-estar de alguém, sempre levando em conta o desejo do sujeito cuidado para a sua vida.

Vamos compreender a partir de um exemplo: há pessoas com deficiência que necessitam de cuidados ao longo da sua vida

e, em uma perspectiva da ética do cuidado, são elas que devem tomar as decisões relacionadas à sua própria vida – sejam decisões do cotidiano, como a roupa que querem vestir, ou sejam decisões mais complexas, como se querem estudar, trabalhar, casar. Nesta lógica da ética do cuidado, as pessoas cuidadas são protagonistas da relação entre quem cuida e quem recebe o cuidado.

Nesse sentido, precisamos repensar sobre o “cuidar”: precisamos ampliar o conceito de cuidado, pois ele está para além da higiene e da alimentação; diz respeito às práticas relacionadas ao bem-estar biopsicossocial das pessoas. Além disso, precisamos compreender que o cuidado não é uma tarefa apenas das mulheres, das mães ou das professoras, mas deve ser de corresponsabilidade coletiva.

Na ética do cuidado, as pessoas cuidadas são protagonistas da relação

E no ambiente escolar/acadêmico, como isso se aplica?

Pensar a ética do cuidado na escola significa pressupor a presença da deficiência e não a ausência. A ética do cuidado deve atravessar os planejamentos, os projetos pedagógicos, a elaboração dos currículos, os eventos, etc, independentemente de haver estudantes com deficiência.

Uma sociedade inclusiva é aquela que parte da ética do cuidado enquanto um princípio balizador das relações, que caminha rumo aos dez princípios da justiça social e promove as lutas anticapacitistas visando a promoção de participação e representação para todas as expressões de corporalidades.

Um grupo de ativistas do campo da deficiência que tem contribuições importantes para as lutas anticapacitistas é o Movimento Sins Invalid, o qual está comprometido com a justiça social e econômica para todas as pessoas com deficiência – em confinamentos, em abrigos, nas ruas, deficientes visuais, deficientes invisíveis, minorias sensoriais, feridos ambientais, sobreviventes psiquiátricos – indo além dos direitos legais individuais para abranger também os direitos humanos coletivos. As histórias dos integrantes, embutidas na análise, oferecem caminhos da política de identidade à unidade entre todas as pessoas oprimidas, estabelecendo as bases para uma reivindicação coletiva de libertação e beleza.

Neste sentido, eles sugerem 10 princípios que estão de acordo com a luta anticapacitista, os quais apresentaremos na sequência.

Movimento
Sins Invalid:
clique para
acessar o site
em inglês

Entendemos que a experiência da deficiência ocorre em qualquer e todas as esferas da vida, com conexões profundas com todas as comunidades impactadas pela medicalização de seus corpos, incluindo pessoas trans, variantes de gênero e intersexo, e outros cujos corpos não estão em conformidade com nossas culturais' noções de "normal" ou "funcional"! (BERNE, 2018)

1. Interseccionalidade – Percebam, um homem branco com deficiência, ao mesmo tempo que ocupa um lugar que lhe confere algum privilégio – de ser homem branco, ainda assim, por ser pessoa com deficiência pode experimentar a opressão, o preconceito e a discriminação.
2. Liderança dos mais impactados – Pessoas com deficiência, autismo, síndromes raras, entre outras, devem ocupar espaços de li-

derança, a experiência vivenciada pode ser um elemento de potência nas escolhas de estratégias para combater o capacitismo e a invisibilidade que constantemente atravessam suas vidas.

3. Políticas anticapitalistas – O produtivismo é um grande aliado do capacitismo. As atitudes produtivistas delegam a algumas pessoas um lugar de segunda classe, de subalternização. Precisamos caminhar rumo à consolidação de uma sociedade em que cada pessoa seja valorizada, independente de qual seja a sua contribuição nesta cadeia produtiva.
4. Solidariedade entre movimentos – uma política de frente única. Os movimentos das pessoas com deficiência precisam se fortalecer em uma aliança, não só no campo da deficiência, mas com demais movimen-

tos, tais como LGBTQI+, feminista, racial, etc, para que não hajam políticas atentas a determinados grupos, mas que ainda excluam outros.

5. Reconhecendo a totalidade – pessoas com deficiência são pessoas inteiras. Não é à toa que o movimento escolheu o termo “pessoas com deficiência”, pois todos/as são pessoas completas, com escolhas religiosas, territórios distintos, expressões culturais diversas, desejos, orientação sexual, enfim, uma sociedade atenta às diferenças deve respeitar a totalidade de cada sujeito.

6. Sustentabilidade – Para que tenhamos um futuro com autonomia e respeito pelo envelhecimento, precisamos atuar no presente, seja na eliminação de barreiras ou construindo possibilidades de participação para todos, mesmo que seja agindo de modo individual.

7. Compromisso com a solidariedade entre as pessoas com deficiência – Há necessidade de extrapolar o limite dos diagnósticos e compreender a experiência da deficiência na sua multiplicidade. Também se faz necessário romper com o isolamento a que muitas pessoas são submetidas, ampliando a compreensão de que há um lugar comum que são as experiências de opressão e violência que as pessoas com deficiência vivenciam.

8. Interdependência – O isolamento é nocivo, nenhuma pessoa é realmente completa se não nas relações com outras pessoas. A interdependência é uma condição para a vida em sociedade, a aprendizagem, a alimentação, a produção de energia, tudo nos revela a necessidade do coletivo, das relações com outras pessoas.

9. Collective Access – Acesso Coletivo.

As necessidades de acesso não são vergonhosas – todos nós temos várias capacidades que funcionam de forma diferente em vários ambientes. As distintas expressões corpóreas precisam ser contempladas nos espaços, a exemplo de banheiros para pessoas com nanismo, deficiência física, espaços para higiene de pessoas com colostomia, ou para pessoas intersexo e trans. Nos espaços de aprendizagem, faz-se necessário a criação de ambientes pedagógicos que acolham esses corpos e que permitam a livre circulação com os distintos modos de se locomover e as distintas expressões do que aprendeu e como aprendeu.

10. Libertação coletiva – nenhum corpo / mente deve ser deixado para trás. A verdadeira liberdade ocorrerá quando todas as pessoas forem respeitadas e valorizadas a

partir das suas singularidades, em que nenhuma das suas características seja motivo para discriminação, preconceito, descredibilidade ou atitudes capacitistas.

Você sabia que o capacitismo, embora afete diferentes grupos da população, é mais fortemente experienciado por pessoas com deficiência?

Por esse motivo, pessoas com deficiência, para darem visibilidade ao processo de opressão que sofrem em decorrência de desviarem dos ideais de capacidade e de aparência, escolheram a utilização do termo “capacitismo”.

Capacitismo é a opressão por desvio do ideal de capacidade e aparência

Exemplos de capacitismo na Universidade

Atitudes e ambientes que representam o capacitismo estrutural e são comumente observados no contexto do ensino superior:

- Compartilhamento de imagem sem descrição (muitas delas informativas e instrutivas).
- Editais (internos e externos) sem apoio de LIBRAS para anunciar o direito às pessoas Surdas desde a porta de acesso à instituição.
- Softwares e aplicativos com barreiras para a autonomia de profissionais, acadêmicos e visitantes, os quais não contemplam, por

exemplo, a experiência da cegueira, daltonismo, dislexia, autismo, surdez.

Espaço pouco acessível no percurso dentro da própria instituição, com ausência de pisos podotáteis, placas com informações visuais, rampas de acesso, contraste de cores, etc.

- Recursos pedagógicos que hierarquizam modos de aprender e de demonstrar o que aprenderam; avaliações em formato único e que desconsideram as distintas experiências interseccionais dos estudantes.
- Políticas públicas de acessibilidade que não transversalizam a pesquisa, extensão e demais participações de pessoas com deficiência na vida da instituição.



Exemplos de práticas anticapacitistas

- Organização dos ambientes arquitetônicos e virtuais considerando as variações corporais da comunidade acadêmica, para que pessoas com diferentes características funcionais possam participar.
- Banheiros inclusivos: tanto para pessoas com deficiência como também para a população LGBTQIA+.
- Uso de linguagem acessível: busca por objetividade e clareza nas interações presenciais e não presenciais, pois isso amplia as possibilidades de atenção e de concentração de todas as pessoas.
- Respeito ao tempo de fala: existem pessoas com diferentes tempos para compreender e comentar o que está sendo dito. Ao se manifestar, é importante pedir a palavra para evitar falar ao mesmo tempo que outra pessoa. Vozes simultâneas dificultam a compreensão.
- Corpos múltiplos, tempos diferentes: as pessoas possuem diferentes modos de se manifestar/comportar em público, conforme suas necessidades, e todas elas precisam que seu espaço e tempo sejam respeitados.
- Acessibilidade como ponto de partida: pensar nos recursos de acessibilidade desde o início das ações/atividades/construções/eventos aumenta a possibilidade de contemplar as necessidades de todas as pessoas.



Concluindo

Você já parou para pensar que o combate ao capacitismo envolve também avaliar criticamente as concepções de deficiência e seus efeitos nas relações com os outros?

O que você pensa quando vê uma pessoa com deficiência? Que sentimentos este encontro desperta em você? Você tem, entre seus amigos/as, pessoas com deficiência? Caso não, por quê?

Refletir sobre questões como estas é importante para percebermos o quanto cada um de nós é fortemente afetado/a e influenciado/a pelo capacitismo, que produz um sentimento de distanciamento e diferenciação em relação às pessoas com deficiência. Neste contexto, a deficiência é concebida como

marcador imediato da necessidade de provimento de auxílio para estes sujeitos, sendo a disponibilidade de tal assistência não prontamente pressuposta para as pessoas sem deficiência. Estas, de maneira oposta, são entendidas como provedoras da ajuda.

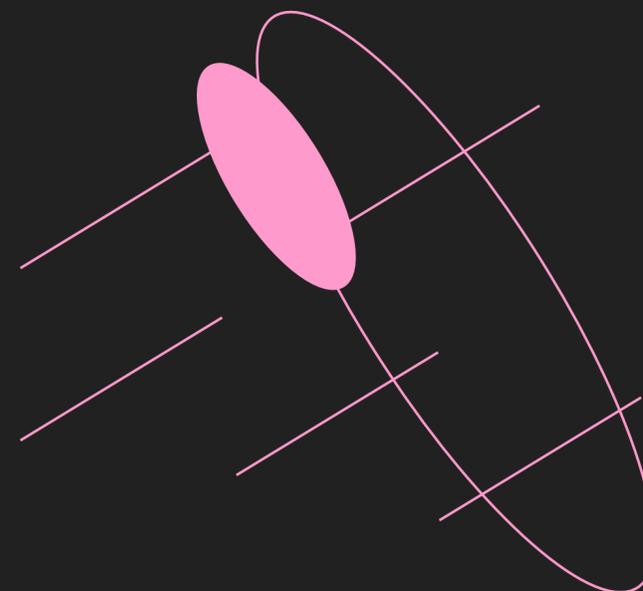
Compreender as pessoas com deficiência como pessoas inteiras, dignas de serem bem quistas, admiradas e desejadas é ponto fundamental para a construção de um mundo mais acolhedor para todas as pessoas. Assim, é importante observarmos não apenas as mudanças necessárias à sociedade como um todo, mas também olharmos para nós próprios/as e percebermos o quanto do capacitismo produzimos e reproduzimos em nossas relações.

E sabem o que isso traz como consequência? A compreensão de que a deficiência é

uma condição tanto possível quanto digna de vida! Aleijar a futuridade implica em concebemos que, se hoje não temos ninguém com deficiência em nossa rede de relações, em um futuro, mais próximo ou mais distante, não apenas teremos quanto nós mesmos/as poderemos ser a pessoa com deficiência em questão. Deste modo, entender a deficiência como uma possibilidade de vida, desvinculando-a da tragédia, é um movimento fundamental no estabelecimento tanto de práticas anticapacitistas quanto de uma sociedade mais inclusiva.

Por fim, cabe dizer que a experiência da deficiência é singular, complexa e encarnada. Assim, embora materiais orientativos sejam importantes para provocar novas compreensões acerca da experiência da deficiência e para fomentar práticas educativas anticapacitistas, não dão conta dessa experiência

e desse desafio na sua totalidade. Ou seja, é no encontro com a pessoa com deficiência que essa experiência pode ser conhecida e que a acessibilidade pode ser construída.



Descrição da imagem: sobre o fundo cinza da página há uma ilustração de duas esferas ovais inclinadas para a esquerda. Uma das esferas é maior e composta apenas pelo contorno. A outra esfera é menor, está dentro da maior e preenchida completamente. Há alguns traços retos na diagonal que atravessam as duas esferas. Todos os elementos da imagem são da cor rosa. Fim da descrição.

Referências

BERNE, Patricia et al. **Ten principles of disability justice**. *WSQ: Women's Studies Quarterly*, v. 46, n. 1, p. 227-230, 2018

MELLO, A. G.; GAVÉRIO, M. A.; WEID, O.; AYDOS, V. **Acessibilidade no Ambiente Virtual**. Apresentação de PowerPoint. ANPOCS, ABA, UERJ. s/d.

GARLAND-THOMSON, R. **Integrating disability, transforming feminist theory**. *NWSA Journal*, v. 14, n. 3, p. 1-32, 2002.

GESSER, M, BLOCK, P & MELLO, A. G. (2020). **Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social**. In: M. Gesser; G. L. K. Böck; P.H. Lopes. (Org.). *Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social*. (pp. 17-35). 1ed. Curitiba: CRV.

KITTAY, E. F. **Love's Labor: essays on women, equality and dependency**. New York: Routledge. 1999.

LUIZ, K. G.; SILVEIRA, T. B. **Pessoas com Deficiência e (Inter)Dependência: uma perspectiva da ética do cuidado para a promoção de justiça social**. In: *Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social*. GESSER, M.; BÖCK, G. L. K.; LOPES, P. H. (Orgs.). Curitiba: CRV, 2020. p. 113-127.

MELLO, Anahi. G. (2016). **Deficiência, incapacidade e Vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC**. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016.

MCRUER, Robert. **Crip Theory: cultural signs of queerness and disability**. Nova Iorque: New York University Press, 2006.

KAFER, Alison. **Feminist, queer, crip**. Indiana: Indiana University Press, 2013.

Autoras

Geisa Letícia Kempfer Böck é doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Professora do Laboratório de Educação Inclusiva - LEI, do Centro de Educação a Distância - CEAD, da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Karla Garcia Luiz é doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É membro do Núcleo de Estudos Sobre Deficiência (NED/UFSC). É servidora pública federal no cargo de psicóloga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). É mulher com deficiência

Marivete Gesser é doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua como professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC e como coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Deficiência (NED/UFSC).

Molise de Bem Magnabosco é doutora em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Integrante do Grupo de Pesquisa Psicologia, Culturas e Coletivos Queer da UNESP/Assis. É psicóloga da Secretaria Municipal de Educação de Rondonópolis/MT, atuando na formação continuada e na orientação de professoras, com enfoque na inclusão de crianças/estudantes com deficiência na Rede Municipal de Ensino.

Capa

Paloma Santos

Projeto gráfico

Ana Raboni

Erick de Alencar

Revisão do projeto gráfico

Gabriela Hilário Simões

Mariana Vieira Fernandes

Realização

2022
2º Edição

Descrição da imagem: sobre o fundo cinza há uma tarja branca que vai de um lado ao outro da página. Nela, da esquerda para a direita, estão os logotipos das instituições que realizaram o projeto do guia: Convênio UNESP/Santander, UFSC, UDESC, Laboratório de Educação Inclusiva (LEdi/UDESC), PsicuQueer e Núcleo de Estudos da Deficiência (NED/UFSC). Fim da Descrição.



UN58g Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp).

 Guia para práticas anticapacitistas na Universidade /
 Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
 ; elaboração, Geisa Letícia Kempfer Blöck [et al.] – 2.ed. São
 Paulo : Unesp, 2022.

 47 p.: il. color. ; Recurso digital.
 ISBN: 978-65-85224-02-4

 1. Capacitismo. 2. Educação inclusiva. 3. Integração social. I.
 Blöck, Geisa Letícia Kempfer. II. Luiz, Karla Garcia. III. Gesser,
 Marivete. IV. Magnabosco, Molise de Bem. V. Título.

CDD – 371.9046

Ficha catalográfica preparada pela Coordenadoria Geral de Bibliotecas da Unesp